

Documento Final do povo Apinajé

Nós povo Apinajé, reunidos de 22 a 24 de junho na aldeia Serrinha, Território Indígena Apinajé, município de Tocantinópolis, no encontro que teve como tema: **“Direitos Indígenas: ameaças, desafios, perspectivas e estratégias de luta”**, e que contou com caciques, vice caciques, lideranças, jovens, mulheres, anciões, professores e crianças, representantes das aldeias Mariazinha, Brejinho, Irepty, Bacabinha, Patizal, Mata Verde, São José, Abacaxi, Barro Vermelho, Furna Negra, Cocalinho, Bacaba, Prata, Aldeinha, Baixa Funda, Boi Morto, Água Limpa, Bacuri, Pintada, Formigão, Barra do dia, Represa, Riachinho, São Raimundo, Brejão, Serra Dourada, Bonito, Macaúba, Olho D’água, Cristo Rei, Recanto da Natureza, Aldeia Nova, Guerreiro, Boa Esperança, Encontro das águas, Cipozal, Águas Lindas, Piaçava e Cocal Grande, viemos manifestar nosso repúdio contra o Marco Temporal e contra a aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 490/2007, que agora está tramitando no Senado Federal como PL 2.903/2023.

Discutimos os problemas que nos afetam dentro e fora do território, como o desmatamento, barragens e as monoculturas de plantio de eucalipto. Bem como, a luta pela recuperação da outra parte da nossa terra que ficou fora da demarcação.

Também discutimos as dificuldades das estradas no interior do território que afetam à saúde e a educação. E exigimos que o MPF, FUNAI e órgãos responsáveis resolvam nossas demandas de saúde, educação e da melhoria das estradas.

Mas, nosso principal debate e preocupação foram as ameaças do Marco Temporal, pois se for aprovado pelo STF, ameaça principalmente nosso direito originário e vai afetar gravemente a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil. Assim como o PL 490/2007 agora tramitando no Senado como PL 2903/2023. Estes projetos são de morte e são inconstitucionais e anti-indígena, pois querem abrir as terras indígenas para mineração, arrendamento e tem como objetivo a paralisação da demarcação das terras indígenas. Quer acabar com o usufruto exclusivo, que só pertence aos povos indígenas.

A terra é nossa Mãe. Nós não vamos nunca aceitar que nossa terra seja colocada à venda. Nós não vamos deixar que ela seja trocada, ou vendida. A terra é nossa cultura, nossa casa e a casa de todos os animais que moram nela. Nós não vamos deixar que as nossas terras sejam devastadas e destruídas pelo agronegócio e pelo cultivo de monoculturas que matam a floresta, envenenam os nossos rios e adoecem nosso povo. Nossa terra é nossa vida, é nosso presente e nosso futuro para nossos filhos, netos e bisnetos.

Por tudo isso, pois a terra é nossa Mãe e o rio nosso Pai, pedimos a vocês ministros do STF que, votem contra o Marco Temporal; que votem a favor de nosso direito originário; que votem para que todas as terras indígenas possam ser demarcadas; que votem em favor da vida; que seu voto seja paz e não violência para as nossas crianças. Nosso direito não nasceu em 1988. Nós somos os primeiros habitantes do Brasil!

Nós não vamos deixar de lutar pelo que é nosso. Não vamos parar de lutar, e enquanto existir um fio de nosso cabelo vamos brigar pelo nosso direito. Não vamos parar a luta pela vida, pela nossa terra, e pela nossa cultura.

Não ao Marco Temporal!

Sim ao Direito originário dos povos indígenas!